

# SUMÁRIO

<i>Nota à 4ª edição</i>	7
<i>Nota à 3ª edição</i>	9
<i>Nota à 2ª edição</i>	11
<i>Apresentação</i>	13
<b>TÍTULO I</b>	
<b>FUNDAMENTOS DO DIREITO FALIMENTAR</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>ASPECTOS GERAIS</b>	<b>29</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>29</b>
<b>1.1 Aspectos históricos</b>	<b>30</b>
1.1.1 Direito romano	30
1.1.2 Idade Média	32
1.1.3 A falência do século XVIII ao fim do século XIX	35
1.1.4 O direito falimentar no Brasil	36
1.1.4.1 O Brasil colônia	36
1.1.4.2 O Brasil posterior à Independência	38
1.1.4.3 O período republicano no Brasil	39
1.1.4.3.1 Decreto n. 917/1890	39
1.1.4.3.2 Lei n. 859/1902	40
1.1.4.3.3 Lei n. 2.024/1908	40
1.1.4.3.4 Lei n. 5.746/1929	41

1.1.4.4 Período da Segunda Guerra Mundial até a fase contemporânea	41
2 A teoria da empresa e a figura do empresário no ordenamento brasileiro	42
3 Origem etimológica da palavra “falência”	50
4 Conceito de falência	52
4.1 A distinção entre o conceito de falência e o de pessoa jurídica	55
5 Objetivos da lei falimentar	56
6 A falência e o direito comercial	61
7 Pedido de falência como meio de cobrança	65
8 Falência: execução concursal do patrimônio do empresário insolvente	72
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>SUJEIÇÃO À FALÊNCIA</b>	<b>75</b>
9 Devedor empresário	75
10 Empresários que não podem falir	79
11 Sociedades seguradoras e instituições financeiras: sujeição à falência	87
12 Falência do empresário: situações especiais	88
12.1 Falência do empresário de fato ou irregular	88
12.2 Falência do menor empresário	90
12.3 Falência do interdito	91
12.4 Falência do espólio	91
12.5 Falência do ex-empresário	92
12.6 Falência do proibido de exercer atividade empresarial	93
12.7 Falência dos leiloeiros	94
13 Falência da sociedade empresarial: situações especiais	94
13.1 Falência da sociedade com objeto social misto	95
13.2 Falência da sociedade e sócios solidários	95
13.3 Falência da sociedade e sócios administradores	97
13.4 Falência da sociedade em conta de participação	99
13.5 Falência e a sociedade irregular ou de fato	101
13.6 Falência de sociedade consorciada	102
13.7 Falência internacional e o sistema brasileiro	103

13.8 A Lei Modelo da UNCITRAL	105
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>INSOLVÊNCIA E FALÊNCIA</b>	<b>109</b>
14 Insolvência e falência	109
14.1 Sistema da impontualidade do devedor	110
14.1.1 Obrigação líquida – conceito	112
14.1.2 Verificação de contas	114
15 Sistema da enumeração legal	115
<b>TÍTULO II</b>	
<b>ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO FALIMENTAR</b>	<b>119</b>
16 Visão global do processo falimentar	121
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>FASE DO PROCEDIMENTO PRÉ-FALIMENTAR OU PRELIMINAR</b>	<b>123</b>
17 Observações iniciais	123
18 Juízo competente	124
19 Universalidade do juízo falimentar	127
20 Recursos no processo falimentar	128
21 Legitimidade ativa para pedido de falência	130
21.1 Pedido de autofalência (arts. 105 a 107 da LFRE)	131
21.2 Pedido de falência por cônjuge, herdeiro ou inventariante	134
21.3 Pedido de falência por sócio ou acionista de sociedade	134
21.4 Pedido de falência por iniciativa dos credores	135
21.4.1 Credor empresário	135
21.4.2 Credor com garantia real	136
21.4.3 Credor domiciliado no exterior	137
21.4.4 Credor trabalhista e credor Fazenda Pública	137
22 Ritos ou procedimentos pré-falenciais	138
23 Procedimento previsto no art. 94, § 3º, da Lei de Falências e Recuperação de Empresas	138
23.1 Protesto	139
23.1.1 Protesto por empréstimo	140
23.1.2 Protesto para requerimento de falência de coobrigado em título de crédito	140

23.2 Defesa, depósito elisivo ou pedido de recuperação judicial	141
23.3 Pedido no requerimento de falência e revelia	146
24 Procedimento previsto no art. 94, §§ 4º e 5º, da Lei de Falências e Recuperação de Empresas	147
25 Procedimento previsto nos arts. 105 a 107 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas	148
26 Desistência e suspensão do pedido	149
27 Declaração da falência <i>ex officio</i>	151
Resumo esquemático – procedimento da falência	151
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA</b>	<b>153</b>
28 Natureza jurídica da sentença declaratória da falência	153
29 Requisitos da sentença declaratória da falência	154
30 Publicidade da sentença declaratória da falência	158
31 Recursos contra a sentença declaratória da falência	158
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>SENTENÇA DENEGATÓRIA DA FALÊNCIA</b>	<b>161</b>
32 Denegação da falência e verbas de sucumbência	161
33 Sentença denegatória e indenização em favor do requerido	162
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>FASE FALIMENTAR</b>	<b>165</b>
34 Introdução	165
35 Etapa cognitiva	166
35.1 Verificação de créditos: habilitação ou divergência	167
35.1.1 Prazo para a habilitação ou para a divergência	168
35.1.2 Liquidez como requisito para a habilitação de crédito	169
35.1.3 Demonstração da origem do crédito declarado	171
35.1.4 A verificação de créditos ou divergências	172
35.1.4.1 Da impugnação	173
35.1.5 Habilitação de créditos: observações relevantes	177
35.1.5.1 Crédito não impugnado: recurso	177
35.1.5.2 Créditos fiscais não estão sujeitos à habilitação	177

35.1.5.3	Habilitação retardatária (art. 10 da LFRE)	177
35.1.5.4	Rescisão da sentença proferida em habilitação de crédito	179
35.1.5.5	Impugnação do título executório judicial	179
35.1.5.6	Impugnação do crédito trabalhista	180
35.1.5.7	Efeitos da habilitação de crédito quanto aos direitos dos credores	181
35.1.5.8	Participação de advogado na habilitação de crédito	181
35.1.5.9	Habilitação de crédito do administrador judicial credor	182
35.1.5.10	Habilitação de apenas um credor	182
35.2	Investigação e persecução dos crimes falimentares. Possibilidade de instauração de inquérito policial	184
35.2.1	Formação da fase de investigação	185
35.2.2	Procedimento no inquérito policial	186
36	Etapa executiva, satisfativa ou da liquidação	188
36.1	Realização do ativo	188
36.1.1	Leilão — principais características	189
36.1.2	Propostas fechadas — principais características	190
36.1.3	Pregão — principais características	191
36.1.4	Venda conjunta ou separada de bens arrecadados	192
36.1.5	Bens gravados com ônus real	194
36.1.6	Cobrança dos devedores da massa	195
36.1.7	Outras formas de realização do ativo	196
36.1.8	Quantias apuradas na realização do ativo	197
36.2	Satisfação (pagamento) do passivo	198
36.2.1	Classificação dos créditos na falência	198
36.2.2	Liquidação: prestação de contas do administrador judicial	215
36.2.3	Relatório final do administrador judicial (art. 155)	216
36.2.4	Encerramento da falência (art. 156)	216
36.3	Patrimônio exíguo: rito sumário	217
37	Obrigações remanescentes do falido	219

<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>FASE PÓS-FALIMENTAR</b>	<b>221</b>
38 Extinção das obrigações do falido	221
39 Sentença de extinção das obrigações do falido	224
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA</b>	<b>227</b>
40 Introdução	227
41 A unicidade da disciplina na falência e na recuperação	228
42 Do Magistrado	229
43 Do Ministério Público	229
44 Do administrador judicial	232
44.1 Requisitos para constituição, nomeação e destituição	236
44.2 Atribuições legais do administrador judicial	239
44.3 Da remuneração do administrador judicial	242
45 Do Comitê de Credores	243
45.1 Constituição e composição do Comitê	246
45.2 Atribuições do Comitê	248
46 A responsabilidade civil por deliberação do administrador judicial ou do Comitê de Credores	250
47 Da Assembleia-Geral de Credores (AGC)	252
47.1 Constituição e composição da AGC	253
47.2 Atribuições da AGC	255
48 Do <i>quorum</i> para aprovação da AGC	256
49 Dos mecanismos de voto na AGC	256
<b>TÍTULO III</b>	
<b>EFETOS DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA</b>	<b>259</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>EFETOS DA FALÊNCIA EM RELAÇÃO À PESSOA DO FALIDO</b>	<b>261</b>
50 Introdução	261
51 Restrições impostas ao falido	262
51.1 Proibição para o exercício da atividade empresarial	262
51.2 Limitação quanto à capacidade processual	262

51.3	Suspensão do direito ao sigilo na correspondência	263
52	Obrigações do falido	263
53	Direitos do falido	264
<b>CAPÍTULO II</b>		
<b>EFEITOS DA FALÊNCIA EM RELAÇÃO AOS BENS DO FALIDO</b>		<b>267</b>
54	Arrecadação dos bens do falido	267
54.1	Arrecadação dos bens dos sócios da sociedade falida	269
54.2	Bens deterioráveis	270
54.3	Arrecadação dos bens em comarca distinta	270
54.4	Bens não arrecadáveis	271
55	Pedido de restituição e embargos de terceiros	273
56	Pedido de restituição	273
56.1	Pedido de restituição — aspectos processuais	277
56.2	Restituição de bem alienado fiduciariamente em garantia	279
56.3	Restituição de valores em favor do INSS	280
56.4	Restituição em contrato de câmbio (art. 86, II, da LFRE)	281
56.5	Restituição nos termos da Súmula 417 do Supremo Tribunal Federal	283
56.6	Restituição nos termos da Súmula 307 do Superior Tribunal de Justiça	284
57	Embargos de terceiro	286
58	Continuação provisória dos negócios pelo falido	288
58.1	Procedimento do pedido de continuação provisória dos negócios	292
58.2	Limitações impostas à administração e gerência dos negócios	293
58.3	Cessaçãõ da autorização para a continuidade provisória dos negócios	293
<b>CAPÍTULO III</b>		
<b>EFEITOS DA FALÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DO FALIDO</b>		<b>295</b>
59	Suspensão da eficácia dos atos praticados pelo falido	295
60	Ineficácia objetiva e subjetiva	296
61	Ineficácia objetiva	297

61.1	Pagamento antecipado	297
61.2	Pagamento de dívida vencida de forma distinta da originalmente pactuada	299
61.3	Direitos reais de garantia, inclusive de retenção	300
61.4	Atos praticados a título gratuito	301
61.5	Alienação de estabelecimento empresarial	302
61.6	Inscrição de direito real após a quebra	303
61.7	Ineficácia de reembolso pago a acionista dissidente	304
62	Ineficácia subjetiva	306
63	Ação revocatória	307
63.1	Medida preventiva de sequestro na ação revocatória	309
64	Da desconsideração da personalidade jurídica na falência	310
<b>CAPÍTULO IV</b>		
<b>EFEITOS DA FALÊNCIA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO</b>		<b>321</b>
65	Contratos: aspectos gerais	321
66	Contratos bilaterais e a falência	324
66.1	Resolução dos contratos bilaterais na falência	325
66.2	Incidência de multa contratual nos contratos bilaterais	326
67	Contratos unilaterais e a falência	327
67.1	Cláusula penal nos contratos unilaterais	327
68	Caracterização do contrato como unilateral ou bilateral na falência	328
69	Regras especiais quanto aos efeitos da falência sobre os contratos do falido	328
69.1	Contrato de compra e venda e o direito ao <i>stoppage in transitu</i>	329
69.2	Contrato de compra e venda de coisas compostas	329
69.3	Contrato de compra e venda de bens móveis a prestação	330
69.4	Contrato de compra e venda com reserva de domínio	331
69.5	Contrato de compra e venda a termo	332
69.6	Contrato de promessa de compra e venda de imóveis	332
69.7	Contratos de locação	334
69.8	Da hipótese de compensação	334



69.9	Dos patrimônios de afetação	336
70	Contrato de conta corrente	337
71	Contrato de mandato	337
72	Validade da cláusula de rescisão por falência	338
73	Rescisão dos contratos de trabalho	338

## **CAPÍTULO V**

### **EFEITOS DA FALÊNCIA EM RELAÇÃO AOS CREDORES DO FALIDO**

		<b>341</b>
74	Créditos não reclamáveis na falência	341
75	Direitos dos credores na falência	343
76	Quatro efeitos da sentença declaratória da falência	344
76.1	Formação da massa de credores	344
76.2	Suspensão das ações individuais dos credores contra o falido	345
76.2.1	Ações que não se suspendem	345
76.2.1.1	Créditos trabalhistas	345
76.2.1.2	Créditos fiscais	347
76.2.1.3	Execuções com hasta já realizada ou designada	350
76.2.1.4	Ações que versam sobre quantia ilíquida	350
76.3	Vencimento antecipado dos créditos	351
76.4	Suspensão da fluência de juros contra a massa	351
77	Prescrição na falência	352
78	Créditos em moeda estrangeira	353

## **TÍTULO IV**

### **RECUPERAÇÃO DA EMPRESA**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **ASPECTOS GERAIS**

79	Introdução	357
79.1	Aspectos históricos da concordata à recuperação da empresa	358
80	Conceito de recuperação de empresa	360
80.1	Legitimidade ativa para requerer a recuperação judicial	363
80.2	Manutenção da disponibilidade dos bens ao empresário em recuperação judicial	364

80.3	Destituição do empresário na recuperação judicial	365
80.4	Créditos sujeitos à recuperação judicial	366
80.5	Meios de recuperação judicial	369
80.6	A recuperação judicial e a novação das obrigações	371
81	Recuperação judicial: do pedido e do seu processamento	372
81.1	Da habilitação tempestiva e retardatária	374
81.2	Da possibilidade de desistência do pedido recuperatório	375
82	Do plano de recuperação judicial	377
83	Do procedimento de recuperação judicial	378
83.1	Da aprovação forçada do plano de recuperação ( <i>cram down</i> )	379
83.2	Da concessão da recuperação judicial	380
84	Do plano de recuperação judicial para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)	381
85	Da hipótese de convalidação da recuperação judicial em falência	382
86	Da recuperação extrajudicial	383
86.1	Legitimidade ativa para requerer a recuperação extrajudicial	384
86.2	Créditos sujeitos à recuperação extrajudicial	385
87	Da homologação facultativa	385
88	Da homologação obrigatória	386
89	Do procedimento da recuperação extrajudicial	386
90	Dos efeitos da homologação da recuperação extrajudicial	388
91	Os Fundos de Investimento em Participação (FIPs) como forma alternativa de recuperação judicial e extrajudicial	388
91.1	Natureza jurídica dos fundos e a formação da vontade	389
91.1.1	A copropriedade	391
91.1.2	Da formação da vontade como fonte de interpretação do condomínio	392
91.1.2.1	A autonomia da vontade na perspectiva filosófica	394
91.1.2.2	A autonomia da vontade no campo do direito	395
91.1.2.3	A autonomia da vontade na formação dos contratos	396
91.2	Da responsabilidade nos fundos de investimento em participação	398

92 Os fundos <i>private equity</i> , como oportunidade de negócios. Momento das fusões e aquisições?	401
93 Da anticrese de marca, como forma alternativa de alienação dos ativos da empresa	403
94 A polêmica da chamada "trava bancária". Efeitos da alienação e cessão fiduciária de recebíveis em garantia na recuperação judicial	406
94.1 A preservação da empresa como pressuposto fundamental da recuperação e a redução do risco de <i>default</i> das obrigações, com o conseqüente fortalecimento do sistema de garantias	408
94.2 Da operação de empréstimo via cessão fiduciária de direitos creditórios	414
94.3 Conceito e natureza da alienação fiduciária e cessão fiduciária	416
Resumo esquemático – procedimento da recuperação judicial e extrajudicial	428
<b>TÍTULO V</b>	
<b>CRIMES FALIMENTARES</b>	<b>431</b>
<b>CAPÍTULO ÚNICO</b>	
<b>ASPECTOS GERAIS</b>	<b>433</b>
95 Conceito	433
96 Pressuposto do crime falimentar	434
97 A falência como condição de punibilidade	434
98 Sujeito ativo dos crimes	436
99 Crimes antefalimentares e pós-falimentares	438
100 Prescrição do crime falimentar	438
101 Crimes falimentares – previsão legal	439
101.1 Crimes falimentares na LFRE	439
101.1.1 Causas de aumento de pena	440
101.1.2 Causa de diminuição ou substituição de pena	441
102 Responsabilização penal dos sócios de sociedades empresárias	452
102.1 A (im)possibilidade da responsabilidade penal da pessoa jurídica	453
103 Prisão preventiva do falido	456
104 Interdição para o exercício da atividade empresarial	456
105 Da reabilitação penal do falido	459
<i>Referências</i>	461
<i>Anexo – Novas Súmulas de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP (matéria falimentar)</i>	467